



Jacoby Fernandes & Reolon  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
VÁRA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

CONTRAFÉ

**URGENTE**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO DISTRITO FEDERAL  
12 DE JULHO DE 2012  
011485  
3ª JUIZADA ESPECIAL CRIMINAL  
DE BRASÍLIA

VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA., sociedade empresária, regularmente estabelecida, com sede no SGCV/Sul, Conjuntos 7 e 8, Guará/DF, CEP 71215-100, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.091.702/0001-28,<sup>1</sup> representada por seu representante legal, WAGNER CANHEDO DE AZEVEDO FILHO, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n. 269.125 - SSP/DF e do CPF/MF n. 116.643.041-34, vem, por intermédio de seus advogados<sup>2</sup>, com fundamento no art. 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal, e no art. 1º da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, impetrar o presente

### MANDADO DE SEGURANÇA

com pedido de cautelar *inaudita altera parte*

em face de decisão ilegal do Presidente da Comissão Especial de Licitação da Concorrência n. 001/2011 - ST da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, autoridade coatora, cujo endereço é Palácio do Buriti - Anexo, 15º Andar, sala

<sup>1</sup> Doc. 1 - Procuração.

<sup>2</sup> Doc. 2 - Contrato Social.



1509, nesta Capital, CEP 70.075-900, fone 3441-3415, pelas razões de fato e de direito que passa a expor<sup>3</sup>:

## 1. DA ADMISSIBILIDADE

A ação é tempestiva, visto que se insurge contra a ilegalidade da convocação<sup>4</sup> para amanhã, 13 de dezembro de 2012, para a abertura das propostas de preços da licitação em comento, **sem ao menos possibilitar que a licitante tenha acesso às razões de fato e de direito que ensejaram o julgamento de seu recurso.**

O resumo do julgamento dos recursos foi publicado hoje<sup>5</sup>, em **edição extra que não circulou**, conforme informações do próprio Distrito Federal e a Impetrante somente tomou conhecimento por acaso, após conversas entre empresários do setor e quando ligou para a comissão de licitação e confirmou a publicação.

Licitação não possui processo eletrônico. A publicidade oficial é feita pela via impressa do Diário Oficial.

Essa informação da edição extra que não circulou foi fornecida pelo Sr. Fernando Santos às 18 horas, no fone (61) 3961-4502, que é o responsável pela publicação de matérias das Secretarias no Setor de Publicação e Distribuição do Diário Oficial do DF.

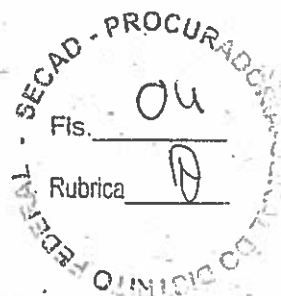
## 2. DO BREVE RELATO DOS FATOS

Em face da publicação do *Edital de Concorrência Pública* n. 001/2011 – ST, cujo objeto é a concessão da prestação e exploração do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, a Impetrante requereu medida judicial, no âmbito de seu processo de recuperação judicial, a fim de que pudesse participar da referida licitação sem que lhe fossem exigidas as certidões negativas de débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas, por lhe ser de direito.

<sup>3</sup> Doc. 3 - Custas

<sup>4</sup> Doc. 8 –Ofício 086/2012- CEL nº 01/2011 -ST

<sup>5</sup> Doc. 9 –Publicação DODF nº 251, 12 /12/2012





Ante a plausibilidade jurídica do pedido, foi deferido o pleito, conforme decisão em anexo, levada ao conhecimento da Administração também pela própria licitante.<sup>6</sup>

Após ter participado da primeira fase do certame, a Impetrante foi, indevidamente, inabilitada, pelas razões expostas no Relatório de Julgamento da Habilitação emitido pela Comissão Licitante em 25 de outubro de 2012.<sup>7</sup> A Comissão simplesmente havia descartado a decisão judicial.

Todas as sete razões de inabilitação foram devidamente rebatidas pela Impetrante, conforme anexo, por meio de recurso administrativo.<sup>8</sup>

Além da disputa no âmbito administrativo, judicialmente, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, inconformada com a participação da Impetrante no certame, interpôs agravo de instrumento em desfavor da participação desta licitante no pleito, cujo pedido de liminar fora indeferido no último dia 14 de novembro de 2012.<sup>9</sup>

Após ter protocolizado pedido de reconsideração, este também foi indeferido pelo e. Relator<sup>10</sup>.

O eminente Relator do Agravo de Instrumento n. 2012.00.2.026321-4, já citado, contudo, agora em 10/12/2012, acolheu monocraticamente as razões do Distrito Federal, conforme decisão em anexo<sup>11</sup>, fundamentando sua decisão na incompetência do Juízo da Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do DF para decidir sobre o pleito.

Entendeu Sua Excelência que a decisão sobre a possibilidade de a empresa participar ou não da licitação, em recuperação judicial, deveria ser proferida por Juízo da Vara de Fazenda Pública, mas manteve seu entendimento quanto ao mérito da questão, ou seja, que era legítima e de direito a participação, pois ampliava a competitividade, já que apenas duas empresas foram habilitadas e a execução contratual permitiria a sobrevivência da empresa, a manutenção dos empregos e a quitação das dívidas com o Fisco.

<sup>6</sup> Doc. 4 – Petição que também levou ao conhecimento da Administração o deferimento da decisão requerida.

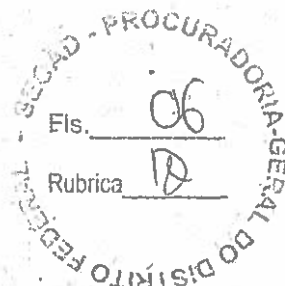
<sup>7</sup> Doc. 5 – Relatório de Julgamento da Habilitação.

<sup>8</sup> Doc. 6 – Recurso Administrativo.

<sup>9</sup> Doc. 10- Decisão do Agravo de Instrumento n. 2012.00.2.026321-4, de 14 de novembro de 2012.

<sup>10</sup> Doc. 11 – Andamento processual – Decisão do pedido de reconsideração (fls 323/329 )

<sup>11</sup> Doc. 7 – Decisão do Agravo de Instrumento n. 2012.00.2.026321-4, de 10 de dezembro de 2012.



## 2.1. Da edição extra relâmpago do Diário Oficial

Outro fato, é que o Distrito Federal, de forma inusitada, publicou agora à tarde - 12/12/2012 - o **resultado** do julgamento do recurso de habilitação em edição extra do Diário Oficial do Distrito Federal<sup>12</sup> e convocou para amanhã pela manhã - 13/12/2012 - a sessão de julgamento das propostas de preços, sem ao menos possibilitar que se tenha conhecimento das razões de fato e de direito que conduziram ao não provimento do recurso.

O Diário **não** circulou.

Uma verdadeira armadilha para excluir a empresa da licitação.

Além disso, para inviabilizar totalmente a participação da licitante no certame, além de convocar a sessão relâmpago sem permitir o conhecimento das razões do indeferimento do recurso, pretende devolver a proposta de preços, de modo a aniquilar as chances de prosseguir na licitação.

## 3. DO DIREITO

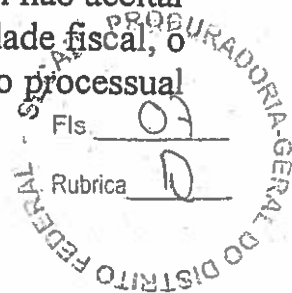
Sem adentrar na questão relativa à condição de Recuperanda, em que o Desembargador Relator do Agravo retrocitado **concordou** com a participação da Impetrante na licitação, **que será discutida em outra ação**, apela-se para evitar o atropelo do Direito amanhã, apenas no tocante à impossibilidade fática de defesa. O Direito da Impetrante está sendo fulminado e será concretizado o dano amanhã.

Em síntese: o Relator entendeu que o mérito do pleito, a possibilidade de participar da licitação, na condição de Recuperanda, é procedente, pois prima pela ampliação da disputa. Além disso, somente com a efetiva prestação dos serviços, é que a empresa poderá vir a quitar suas dívidas com o Fisco, manter os empregos, etc.

Além disso, a empresa VIPLAN – é fato notório – executa serviços de transporte coletivo há mais de 40 anos do Distrito Federal, sendo isento de qualquer dúvida a sua capacidade técnica para executar os serviços ora contratados.



A questão toda se resume ao fato de o Distrito Federal não aceitar a participação da empresa na licitação devido à ausência de regularidade fiscal, o que foi afastado pelo Relator, mas o pleito foi indeferido por questão processual e não de direito material.



### **3.1. Do desconhecimento das razões de indeferimento do recurso**

Não é razoável que o resultado dos julgamentos seja publicado em edição extra do Diário Oficial, sem nenhuma necessidade e não se oportunize à interessada que conheça as razões do indeferimento antes de lhe devolver as propostas de preço.

Dispõe a Lei nº 9.784/99, recepcionada no Distrito Federal pela Lei nº 2.834/2001, o seguinte:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

[...]

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

[...]

VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

A decisão publicada é lacônica e apenas observa que o recurso da empresa foi julgado improcedente, mas não expõe as razões de fato e de direito, com vistas à defesa dos seus direitos, quer no Judiciário ou quer administrativamente. Não é possível a correção das decisões.

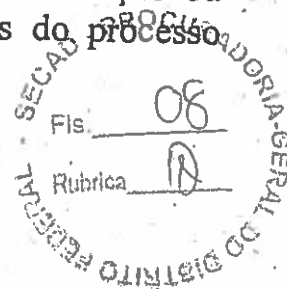
Inibe até mesmo o acesso ao Poder Judiciário, ampla contrariedade à Constituição, para contestar a decisão, pois não se sabe contra o que se recorrerá ou quais razões deverão ser discutidas.

O Poder Executivo deve se portar conforme padrões de decoro, boa-fé e probidade. Não é factível aceitar essa urgência repentina, sem nenhum motivo.

Além disso, contraria frontalmente o § 5º do art. 109 da Lei nº 8.666/93 que inibe o início de qualquer prazo antes que os licitantes tenham



acesso à íntegra dos processos: “Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.”,



### 3.2. Do Diário Oficial que não circulou

Constitui ato de improbidade administrativa negar publicidade aos atos oficiais, conforme inc. IV do art. 11 da Lei nº 8.429/92.

O Diário Oficial não circulou, ou seja, somente houve a determinação para edição extra que foi conhecida porque empregado desta empresa ao ouvir comentários de que havia sido publicado pelo DF.

Apenas após consulta ao *site* da Imprensa Nacional é que se ficou sabendo desta edição extra do Diário Oficial do Distrito Federal.

Diário Oficial que não circula não contempla a necessária publicidade. Ademais disso, a ausência de circulação dos Diários Oficiais contraria o próprio edital que prevê que a divulgação deverá se dar na Imprensa Oficial, *ex vi* dos Itens 18.1.5, 20.1, 20.6, 20.7 e 21.1.2 do edital em anexo.

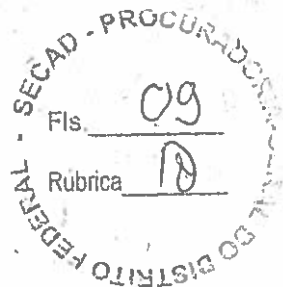
É sólida a jurisprudência de que os prazos somente começam a correr após a circulação do diário oficial:

Recurso. Prazo. Intimação. **Diário oficial que não circulou no mesmo dia da edição.** Nessa hipótese, o prazo para recurso começa a correr, a partir do primeiro dia útil, após a data da circulação. Precedentes do S.T.F. (RE 83.876, RE 96.688, RE 75.518).<sup>13</sup>

Foi uma surpresa. O Poder Público não é lícito tratar deste modo seus administrados.

Além disso, carece de finalidade esta medida. Qual a finalidade pública a ser atingida com a edição extra tardia, sem circulação e sessão logo cedo amanhã.

<sup>13</sup> REsp 1419/MA, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/1989, DJ 11/12/1989, p. 18142.



#### 4. DA CONCESSÃO DA LIMINAR

##### 4.1 – Da urgência na concessão da liminar

Considerando a prolação hoje da decisão do recurso, sem ao menos saber das razões que levaram ao indeferimento e a análise amanhã pela manhã das propostas de preços, sem ao menos haver publicidade efetiva, com devolução do envelope de preços das inabilitadas – uma inabilitada é esta Impetrante – fará irremediavelmente seu direito perecer.

Justo e razoável que a abertura da proposta de preços seja somente realizada após esta Impetrante ter acesso às razões que levaram ao indeferimento de seu recurso ou, ao menos, que o Diário Oficial circule, dando-se a verdadeira publicidade oficial. Nenhum prejuízo causará ao Distrito Federal.

##### 4.2 – Da fumaça do bom direito

Conforme assenta o Texto Constitucional, em seu art. 5º:

LXIX – conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

Na mesma senda, a atual Lei do Mandado de Segurança, nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que regulamenta tal dispositivo constitucional, estabelece que

Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.





Sobre direito líquido e certo, o prof. Hely Lopes Meirelles<sup>14</sup> cita, *in verbis*, que:

Quando a lei alude a *direito líquido e certo*, está exigindo que esse direito se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. Em última análise, *direito líquido e certo é direito comprovado de plano*.

É líquido e certo o direito da Impetrante de conhecer das razões que conduziram ao indeferimento de seu recurso e que somente se conte o prazo após a circulação do diário oficial, a verdadeira publicidade que a Constituição impõe. A publicidade oficial é um direito de todos. Os atos administrativos somente tem validade com a devida publicidade oficial.

## 5. DO PEDIDO

Ante todo o exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) Seja **concedida liminar emergencial inaudita altera parte** para determinar ao Presidente da Comissão de Licitação da Concorrência nº 01/2011 da Secretaria de Transportes do Distrito Federal que se abstenha de dar continuidade a licitação em comento até que se comprove **em Juízo** que esta Impetrante teve acesso às razões de decisão dos recursos, com tempo hábil para defesa, e que houve a devida circulação da edição extra do Diário Oficial que contém o resumo do julgamento dos recursos, atendendo-se a publicidade oficial;
- b) determinar a citação da Impetrada para, caso queira e no prazo legal, preste as informações necessárias ao deslinde da questão;
- c) mandar ouvir o ilustre representante do Ministério Público;
- d) no mérito, determinar ao Presidente da Comissão de Licitação que se abstenha de abrir as propostas de preços sem que a Impetrante possa ter acesso ao processo e conhecer das

<sup>14</sup> Mandado de Segurança, 30. ed., São Paulo: Malheiros, 2007, p. 38.





**Jacoby Fernandes & Reolon**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

razões que conduziram ao indeferimento de seu pleito, além da devida publicidade oficial, exigido pelo art. 37 da Constituição federal, fixando-se nova data para tal ato.

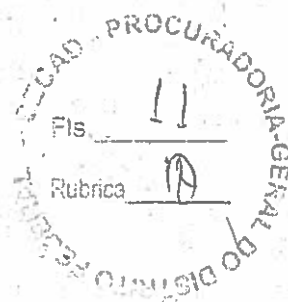
Dá-se à causa o valor de R\$ 100,00, para fins meramente fiscais.

Termos em que pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 12 de dezembro de 2012.

**Everson Ricardo Arraes Mendes**  
OAB/DF nº 14.332

**Jaques Fernando Reolon**  
OAB/DF nº 22.885



**Circunscrição : 1 - BRASILIA**

**Processo : 2012.01.1.194871-3**

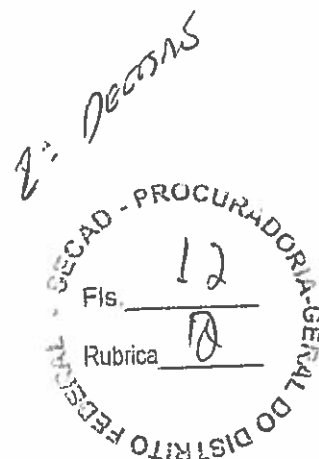
**Vara : 118 - OITAVA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

Processo : 2012.01.1.194871-3

Ação : MANDADO DE SEGURANÇA

Autor : VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA

Réu : PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO CONC N 001 2011



### Decisão Interlocutória

Trata-se de mandado de segurança impetrado pela VIPLAN- VIAÇÃO PLANALTO LTDA contra ato praticado pelo PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA N. 001/2011 - ST, com o objetivo de obstar o prosseguimento do feito licitatório, ao argumento de irregularidades no ato da publicação do resultado do recurso e da inexistência de prazo para o exercício de defesa.

Foram juntados os documentos de fls. 11/83.

O juízo plantonista veio a proferir decisão concedendo em parte o pedido de liminar, a fim de determinar a suspensão do procedimento licitatório, até ulterior decisão judicial do juízo natural.

Os autos foram regularmente distribuídos para o juízo da 8ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal.

Ato contínuo o Distrito Federal apresentou petição às fls. 88/100 e documentos de fls. 101/240 postulando a revogação da liminar proferida.

A impetrante, por sua vez, apresenta petição às fls. 242/259.

A impetrante postulou à fl. 261 a concessão de prazo de 05 dias para manifestação.

Os autos vieram conclusos.

É o brevíssimo relatório. DECIDO.

Para o deferimento da medida de urgência, é necessário que o direito líquido e certo venha estampado na inicial, assim como haja perigo da demora do provimento.

Por se tratar de mandado de segurança o direito líquido e certo deve vir estampado na inicial, mediante a colação de prova documental, porquanto não é admissível na estreita via do mandamus a dilação probatória.

Como bem assevera o Professor Hely Lopes Meirelles:

o direito amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa; se sua extensão ainda não estiver delimitada; se seu exercício depender de situações e fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais. (Mandado de Segurança. São Paulo: Malheiros, 29ª ed, p. 36/37)

É devida a apreciação do pedido de liminar, uma vez que a decisão proferida pelo juízo plantonista suspendeu o procedimento licitatório até o efetivo conhecimento da matéria pelo juízo natural da causa, ou seja, o juízo da 8ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal. Estamos defronte de questionamento de legalidade de fase do procedimento licitatório relativo ao Edital de Concorrência nº 01/2011 - ST.

É de conhecimento comum que o procedimento licitatório de concorrência é composto basicamente de duas fases distintas, a primeira voltada a promover a habilitação dos interessados e a segunda para a apreciação das propostas de preço.

É forçoso reconhecer que a impetrante, empresa VIPLAN- VIAÇÃO PLANALTO LTDA foi inabilitada na primeira fase do procedimento, conforme deflui da leitura do relatório apresentado em 25.10.2012 (doc. de fls. 144/149), sendo apresentados os seguintes argumentos:

5 - VIAÇÃO PLANALTO LTDA - Lotes 1, 2, 3, 4 e 5

INABILITAR, a VIAÇÃO PLANALTO LTDA, por ter descumprido as exigências do Edital dos itens abaixo:

- 1 - Deixar de apresentar prova de regularidade com a Fazenda Federal, em desatendimento à exigência do item 21.3.1.3 do Edital.
- 2 - Deixar de apresentar prova de regularidade perante a Fazenda do Distrito Federal, em desatendimento à exigência do item 21.3.1.6 do Edital.
- 3 - Deixar de apresentar prova de regularidade relativa à Seguridade Social, em desatendimento à exigência do item 21.3.1.8 do Edital.
- 4 - Deixar de apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em desatendimento à exigência do item 21.3.1.9 do Edital.
- 5 - Apresentar declaração de Licitante, não informando o nome, cargo, endereço e telefone de funcionário do órgão emitente do atestado que possa prestar, caso necessário, esclarecimentos sobre o documento, em caso de diligência da COMISSÃO, em desatendimento à exigência do item 21.4.1.1.4 do Edital (folha 23.740).
- 6 - Deixar de apresentar Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, em desatendimento à exigência do item 21.5.1.2 do Edital.
- 7 - Apresentar Balança Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício que não correspondem aos documentos impressos do arquivo magnético do SPED. Embora a licitante tenha apresentado o recibo de entrega de livro digital, não apresentou as demonstrações contábeis exigidas pelo Edital, de maneira que descumpriu o item 21.5.1.1 editalício. Em decorrência desde vício, não se identifica que os itens 21.5.1.3 e 21.5.1.4 foram atendidos pela licitante.

A parte impetrante exercendo o seu direito de insatisfação, apresentou recurso administrativo (doc. de fls. 40/48).

Neste desencadear de fatos, a parte impetrante obteve perante o Juízo da Vara de Falência, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal (processo n

º 2008.01.1.103082-9) o deferimento de pedido para prosseguir no processo licitatório, sem que houvesse a necessidade de apresentações das certidões que fundamentaram a inabilitação. Ocorre que a decisão acima mencionada foi cassada pelo egrégio TJDFT no julgamento do AGI nº 2012.00.2.026321-4.

É certo que a parte impetrante não apresentou as certidões exigidas pelo edital de licitação no ato de habilitação, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal, não demonstrou esta regularidade quando da apresentação do recurso administrativo e nem quando do ajuizamento do presente mandado de segurança.

Agarrou-se na liminar proferida pelo Juízo da Vara de Falência, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal para se eximir de apresentar os documentos.

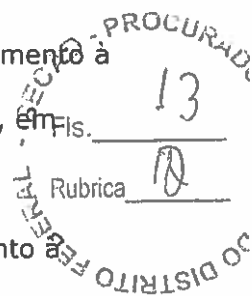
A decisão foi derrubada e houve a manutenção do entendimento de inabilitação, pois é certo que a impetrante não possui a regularidade fiscal. Trata-se de empresa que atua há muitos anos na atividade de transporte coletivo, mas optou por se manter irregular. Portanto, a causa determinante da sua exclusão é a sua própria vontade de não recolher os tributos devidos ao fisco, federal e distrital.

Assim, a comissão de licitação apreciou e indeferiu o recurso manejado por meio da ata de fls. 150/224, o qual teve o resultado do julgamento publicado no DODF, Edição Extra nº 251, de 12.12.2012.

Em que pesem todos os argumentos articulados pela impetrante, o documento de fl. 103 demonstra de forma clara que houve a publicação e disponibilização do referido diário, não havendo irregularidades. Vejamos:

Em resposta ao Ofício nº 1364/2012-GAB/ST datado de 13 de dezembro de 2012, encaminhado para a Coordenadoria do Diário Oficial da Casa Civil, da Governadoria do Distrito Federal, informa que a Edição Extra nº 251 do Diário Oficial de 12 de dezembro de 2012, no site do Governo do Distrito Federal (<http://www.buriti.df.gov.br>) e em meio físico a partir das 12:20 horas, quando foi normalmente distribuída para todos os órgãos do Distrito Federal e para os assinantes do Diário Oficial. Diante do exposto reitero meus protestos de elevado apreço e consideração. (doc. de fl. 103)

Nem a norma, nem o edital de regência do procedimento licitatório criam ou impõem a obrigação de publicação do texto integral da fundamentação das razões expeditas para o indeferimento do recurso, mas tão somente o resultado deste, nos moldes dos julgamentos ocorridos no Poder Judiciário.



Vê-se, portanto, que o resultado foi devidamente publicado na Edição Extra nº 251 do Diário Oficial de 12 de dezembro de 2012 e houve a disponibilização de todo o teor na internet (<http://editais.st.df.gov.br/esclarecimentos/habilitacao/JULGAMENTO.pdf>), facilmente localizado no site da Secretaria de Transporte (<http://www.st.df.gov.br/>). Assim, não há irregularidade neste ponto.

Por fim, não há que se falar de necessidade de concessão de prazo para ciência e para recurso, porquanto o edital de indeferimento já se refere do resultado do julgamento do recurso. Não há previsão no ordenamento de um recurso contra o indeferimento do recurso, conforme pretende a parte impetrante. Não há uma terceira instância recursal. O duplo grau foi mantido. Por esta razão, também não merece acolhimento o último pedido de concessão de prazo formulado pela impetrante.

Portanto, não vejo como reconhecer a presença da plausibilidade do direito alegado, a fim de reconhecer o direito de uma empresa regularmente inabilitada a prosseguir no certame licitatório.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar formulado na inicial e, em consequência, REVOGO a decisão de fls. 84/85.

Colham-se as informações da autoridade coatora. Após, abram-se vistas ao MP.

Intimem-se as partes.

Brasília - DF, quinta-feira, 13/12/2012 às 17h22.

GIORDANO RESENDE COSTA  
Juiz de Direito Substituto

